

Formação em Psicologia para atuação na assistência social: uma revisão integrativa

Formación en Psicología para el trabajo en asistencia social: una revisión integradora

Psychology education to work on social assistance: an integrative review

[Rozana Fonseca](#) ^{id} [Andreza Beatriz Lima](#) ^{id} [Inayara Santana](#) ^{id}

Destaques

Há uma necessidade de mudanças na formação em Psicologia para a atuação na Assistência Social.

Os cursos de Psicologia têm apresentado uma integração insuficiente de temáticas alusivas às políticas públicas.

Conteúdos sobre direitos sociais são importantes na formação de psicólogos/os para atuar na Assistência Social.

Resumo

Este estudo investiga publicações científicas sobre a formação em Psicologia para atuação no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A partir de uma revisão integrativa de 21 artigos publicados entre 2011 e 2024, os resultados foram organizados em duas categorias analíticas: 1) Formação em Psicologia segundo os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) e 2) Formação na perspectiva de profissionais, egressas/os e docentes. A análise evidenciou que há lacunas entre formação e prática, indicando a necessidade de maior aproximação da academia com a realidade do SUAS numa perspectiva crítica e interdisciplinar. Conclui-se que é necessária a reformulação dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) para alinhar-se melhor às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), incluindo conteúdos que articulem teoria e prática para formar psicólogos/os para atuar no contexto do SUAS.

[Resumen](#) | [Abstract](#)

Palavras-chave

Formação em Psicologia. Assistência Social. Projetos Pedagógicos dos Cursos de Psicologia.

Recebido: 03/02/2025
Aceito: 24/02/2026
Publicado: 31/03/2026
DOI: <https://doi.org/10.26512/lc32202657111>

| Introdução

O cenário de avanço da política pública de assistência social foi marcado pela consolidação de diferentes marcos regulatórios, como: Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004, Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS) em 2005 e Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS) em 2007. Em relação aos recursos humanos, em 2011, a Resolução nº 17 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) ratificou as profissões de nível superior que devem compor a equipe de referência dos serviços e apontou a necessidade de implantação de equipes multiprofissionais para realização de um trabalho interdisciplinar nesse campo, destacando a psicologia como uma das categorias que obrigatoriamente deve compor as equipes de referência e preferencialmente na gestão do SUAS.

Em 2011, o SUAS também foi oficialmente respaldado na esfera legal através da homologação da Lei nº 12.435 que dispõe sobre a organização da assistência social e atualização da LOAS (1993). Com esses avanços normativos e legais, houve a descentralização e a universalização dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, demandando a atuação de profissionais de nível superior, incluindo as/os psicólogas/os¹ (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2021).

No âmbito da política de assistência social, as/os psicólogas/os atuam na Proteção Social Básica em unidades como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e na Proteção Social Especial, nos níveis de média e alta complexidade, nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e nas Unidades de Acolhimento Institucional, entre outras, tanto da rede pública quanto da rede privada, disponibilizando proteção social e desenvolvendo trabalho na perspectiva das seguranças socioassistenciais a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e/ou de risco social. A subjetividade passou a ser considerada uma questão de relevância para o exercício da cidadania, juntamente com a objetividade, levando em conta que o cidadão é também um sujeito social com suas particularidades, que impactam na participação social e no acesso e garantia dos direitos (CFP, 2021; Gonçalves, Bock & Sanches, 2024).

Segundo as Referências Técnicas para atuação de Psicólogas/os no CRAS/SUAS (2021), a atuação na assistência social envolve trabalhar com comunidades inteiras, o que requer habilidades para atuar na promoção das seguranças socioassistenciais. Isso inclui uma escuta atenta, uma postura ética e respeitosa, além do desenvolvimento de atividades como acolhimento, atendimento em grupo, encaminhamento/acompanhamento individualizado e/ou familiar, entrevista e/ou

¹ Este relatório adota a escrita gendrada, considerando a prevalência de mulheres tanto como usuárias do sistema, quanto pelas principais categorias profissionais que compõem o SUAS – psicologia, serviço social, pedagogia – caracterizarem-se como profissões femininas.

triagem, elaboração de relatórios, participação nas instâncias de controle social, visita domiciliar e desenvolvimento de ações culturais, educativas, recreativas e/ou comunitárias, priorizando a participação das pessoas e a compreensão da realidade social (Santos *et al.*, 2021).

Além disso, este contexto demanda a colaboração com profissionais de diferentes áreas a partir do trabalho em rede. A integração entre Psicologia e Assistência Social tem como objetivo principal promover o bem-estar e a garantia de direitos da população atendida, considerando que as vulnerabilidades sociais dificultam ou impedem o acesso aos direitos socioassistenciais, favorecendo a desproteção social (CFP, 2021).

Por suas especificidades, o trabalho no SUAS demanda compreensão sobre os seus objetivos, incluindo normativas e legislações acerca da PNAS, bem como aspectos como a superação das vulnerabilidades e o fortalecimento de vínculos nas comunidades, como sugerido por Faria (2020) e Santos, Machado e Sadallah (2020). Neste campo de disputas, avanços e tensões políticas e sociais, é fundamental orientar as/os psicólogas/os para atuarem de forma crítica e efetiva nas políticas públicas, alinhando-se ao compromisso social da profissão (Bock *et al.*, 2022). Para isso, é necessária a superação do processo histórico da formação em Psicologia no Brasil que foi conduzido por modelos hegemônicos europeus e norte-americanos, tendo como foco abordagens clínicas, privatistas e individuais, com uma prática descolada da realidade social (Freitas, 1998; Miez & Silva, 2022).

Desde 1996, os cursos de graduação no Brasil são regidos por currículos pautados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação (DCNs), estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pela Câmara de Educação Superior (CES). As DCNs são normas que orientam a elaboração, a implementação e a avaliação dos currículos das instituições de ensino, tanto na educação básica quanto no ensino superior. Estas diretrizes visam assegurar a qualidade da educação, promover a formação integral das/os estudantes, respeitar a diversidade cultural e regional do país e garantir a coerência e o alinhamento entre os variados níveis e modalidades de ensino (Brasil, 2004).

A primeira versão das DCNs para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecida pela Resolução CNE/CES nº 08/2004 focava na terminalidade única e na formação pluralista, voltada para a pesquisa e o ensino de Psicologia. Apresentava como proposta a substituição do ensino por meio do parcelamento de disciplinas e do acúmulo de informações por um modelo orientado para o desenvolvimento de competências e habilidades no decorrer da formação (Brasil, 2004). Em 2011, as DCNs de 2004 foram revogadas, com alteração do artigo 13º, que incluiu normas referentes ao projeto complementar para a formação de docentes de psicologia (licenciatura), – com adesão opcional pelas/os estudantes – como forma de complementação aos cursos (Brasil, 2011).

Em 2023, foram publicadas as novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Psicologia. Apesar da atuação na assistência social não aparecer como um dos eixos estruturantes e ainda ser abordada de forma pouco abrangente

(através de trechos sobre as políticas públicas), o art. 8º e parágrafo 1º, que trata das competências básicas e do perfil de uma/m profissional de Psicologia comprometida/o e com uma prática de qualidade, enfatiza que o conjunto de competências básicas da/o profissional de Psicologia:

deve assegurar a possibilidade de prestação de serviços psicológicos à sociedade em diferentes domínios em que demandas sociais se concretizam, constituindo contextos de trabalho em que o psicólogo se insere (saúde, educação, organizações, trabalho, comunidades, movimentos sociais, esporte, justiça, entre outros), quer no setor privado, no âmbito das políticas públicas, ou no terceiro setor, intervindo nos níveis individual, grupal, organizacional e societal (Brasil, 2023, p. 3).

Considerando a importância da graduação enquanto processo formativo para a atuação profissional, bem como a crescente inserção das/os psicólogas/os na política pública de assistência social, o presente estudo tem como objetivo investigar e discutir as publicações científicas sobre a formação em Psicologia para atuar no SUAS. E mais especificamente, identificar quais são os elementos apontados como importantes, ao longo desses materiais, para a consolidação de uma formação em Psicologia que favoreça uma atuação qualificada na assistência social.

Vale destacar que a presente revisão está associada aos objetivos do projeto de pesquisa intitulado “Formação de psicólogas para atuar na assistência social na Bahia: um estudo da graduação à Educação Permanente no SUAS”, desenvolvido pelo Práxis – Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em saberes e práticas na Assistência Social da UFRB, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB.

| Método

O presente estudo adotou a revisão integrativa de literatura (RI) como método de pesquisa. Segundo Sousa, Bezerra e Egypto (2023), as revisões integrativas são métodos qualitativos de revisão sistemática que reúne, analisa e critica pesquisas variadas sobre temas e problemas específicos. Esse método “tem como objetivo facilitar e melhorar a coleta, extração, análise e síntese de dados” (Hassunuma *et al.*, 2024, p. 2).

Para a seleção dos dados foram consultadas duas bases: a SciELO (<http://www.scielo.br>) e a base Periódicos Eletrônicos em Psicologia – PePSIC (<http://pepsic.bvsalud.org>). As referidas bases foram escolhidas considerando-se que, juntas, elas integram quase a totalidade da produção psicológica indexada no país (Cordeiro, 2018). Para a realização da busca, foi utilizado o operador booleano “AND” juntamente com os seguintes descritores: “assistência social” AND “formação” AND “psicologia”. A base de dados PePSIC deu a possibilidade de efetuar a busca via Google Acadêmico e esse método foi escolhido uma vez que permitia ampliar um pouco mais os resultados de busca e, conseqüentemente, o escopo de textos para integrar à revisão. O levantamento resultou em um total de 22616 publicações (Tabela 1):

Tabela 1

Levantamento de publicações nas Bases de Dados

Plataforma de busca	Nº de publicações identificadas	Nº de publicações selecionadas após aplicar critérios de inclusão e exclusão	Nº de artigos avaliados	Publicações selecionadas
SciELO	31	16	02	02
PePSIC	22.600	940	22	19
Total	22.616	956	24	21

Fonte: as autoras.

A primeira etapa da pesquisa nas bases de dados resultou em 31 publicações identificadas na SciELO e 22.600 na PePSIC. Após essa etapa, para a seleção das publicações foram considerados os seguintes critérios de inclusão: artigos com texto completo; divulgados em língua portuguesa e publicados entre 2011 e 2024 (o ano de 2011 foi escolhido considerando a publicação da primeira atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais e ressalta-se que foram contemplados os artigos publicados até maio de 2024 – mês de finalização do levantamento bibliográfico). Foram adotados como critérios de exclusão: publicações duplicadas, que não possuíam adesão ao tema do presente trabalho (atuação na assistência social) e que correspondiam a teses/dissertações/monografias ou resumos em Anais. A decisão por não incluir teses/dissertações/monografias e resumos de Anais justifica-se pela maior facilidade de acesso e de circulação dos artigos científicos. Além disso, os artigos passaram por um processo de avaliação por pares, o que tende a reforçar sua pertinência para o campo. Considerando os critérios elencados acima, foram selecionadas 16 publicações na SciELO e 940 na PePSIC.

As publicações selecionadas foram avaliadas a partir da leitura do título, do resumo e das palavras-chave. Esse processo resultou em 02 artigos na Base SciELO e 22 artigos na PePSIC. Após essa etapa, os 24 artigos avaliados foram lidos na íntegra e foram selecionados apenas aqueles que abordavam diretamente a formação em Psicologia para atuar no SUAS, resultando, portanto, em 02 artigos na Base SciELO e 19 artigos na Base PePSIC. Assim, ao final da busca, foram incluídos na análise 21 artigos, no total.

No terceiro momento, foi feita a leitura flutuante e exploratória dos artigos selecionados e, posteriormente, as publicações foram organizadas num fichário elaborado no programa *Microsoft Excel*. Esse procedimento teve como objetivo dar uma “visão geral” dos trabalhos considerando as informações a seguir: referência, título, autoria, ano de publicação, região, tipo de estudo, objetivo, tema principal, referencial teórico, método, resultados, discussão, conclusões e outras informações. Em seguida, realizou-se uma análise comparativa e crítica desses dados que buscou apresentar o debate acadêmico em torno da formação em Psicologia para atuar no SUAS.

Resultados e discussão

Em relação ao método dos artigos, a maioria (n:20), apresenta natureza qualitativa e apenas um (n:1), Rodrigues e Fioroni (2022), foi desenvolvido com o método quantitativo. Do total, dois (n:2), são artigos essencialmente teóricos (Silva & Carvalhaes, 2016; Romagnoli, 2012).

Desta forma, a amostra é composta por dezenove (n:19) artigos empíricos e dois (n:2) teóricos. A análise documental está presente em dez (n:10) trabalhos; os demais contam com pesquisa de campo e bibliográfica e uma experimental. Quanto aos fins, os resultados mostram que predominam pesquisas de natureza exploratória e explicativa.

Os achados da revisão apontam que as pesquisas empíricas têm focado em investigar a temática com egressas/os do curso de Graduação em Psicologia; estudantes estagiárias/os; docentes universitárias/os e profissionais que atuam nos serviços socioassistenciais como CRAS e CREAS, havendo uma predominância de participantes que atuam em CRAS.

Tabela 2

Distribuição da amostra segundo título dos artigos, autoras/es, ano, periódicos e região.

Título	Autoras/es e Ano	Periódico	Região do estudo
Psicologia e Deficiência: análise da formação e inserção de psicólogos nos serviços de Assistência Social	Luz e Gesser (2023)	Quaderns de Psicologia, 25 (3)	Sul
Contribuições para uma Formação em Psicologia Integrada à Política de Assistência Social	Hüning e Oliveira (2022)	Psicologia: Ciência e Profissão (2 v. 42)	Nordeste
Formação e atuação de egressos da Psicologia UFSCar: um recorte para as políticas públicas sociais	Rodrigues e Fioroni (2022)	Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, 15(1)	Sudeste
As políticas públicas e atuação para o SUAS na formação do psicólogo no paraná	Silva e Simcic (2021)	Revista de Psicologia, 12 (2)	Sul
Formação em psicologia e o campo da desigualdade social: um estudo documental	Salvatori e Gomes (2021)	Revista e-Curriculum, 19 (2)	Sul
Formação acadêmica e atuação do psicólogo no Sistema Único de Assistência Social	Carollo e Albanese (2020)	Pesquisas e Práticas Psicossociais, 15(4)	Sul
Psicólogos nas Políticas Públicas de Assistência Social: atuação em CRAS e interface com a formação acadêmica.	Menz e Camargo (2020)	Psicologia Argumento, 38 (101)	Sul
Desencontros entre identidade, formação e prática: a psicologia na assistência social de Nova Friburgo	Luz et. al. (2020)	Revista RBBA – Revista Binacional Brasil Argentina: diálogo entre as ciências, 09 (2)	Sudeste

Potências do encontro entre formação e campo da Assistência Social para pensar outra prática psicológica	Oliveira <i>et al.</i> (2018)	Psicologia Política. 8 (41)	Nordeste
Psicologia na assistência social: um campo em formação	Cordeiro e Curado (2017)	Psicologia & Sociedade (29)	Sudeste
Psicólogos no Sistema Único e Assistência Social (SUAS): Considerações acerca da Formação Profissional em Instituições Públicas do Estado do Paraná	Litenski; Souza (2017)	Emancipação, 17(1)	Sul
Discursos sobre família e a formação para o trabalho social no Centro de Referência da Assistência Social.	Costa; Alberto (2017)	Pesquisas e Práticas Psicossociais 12 (1),	Nordeste
Serviço escola de psicologia e as políticas de saúde e de assistência social	Gomes e Dimenstein (2016)	Trends in Psychology / Temas em Psicologia, 24 (4)	Nordeste
Formação em psicologia em uma universidade pública e suas repercussões nas competências do trabalho em políticas públicas	Beato e Ferreira Neto (2016)	Psicologia em Revista, 22 (2)	Sudeste
As políticas sociais nos fundamentos dos projetos pedagógicos dos cursos de Psicologia	Seixas <i>et al.</i> (2016)	Psicologia Escolar e Educacional, 20 (3)	Nordeste
Relato de experiência da aproximação do CREPOP-RS ao meio acadêmico: formação em psicologia e políticas públicas.	Torres e Ecker (2016)	Revista Subjetividades, Fortaleza, 16 (3)	Sul
As políticas sociais nas disciplinas dos cursos de graduação em Psicologia no Brasil	Seixas, Costa <i>et al.</i> (2016)	Psicologia em Pesquisa UFJF, 10 (1)	Nordeste
Psicologia e políticas públicas: Impasses e reinvenções	Silva e Carvalhaes (2016)	Psicologia; Sociedade, 28(2)	Sul
As Políticas Sociais na Formação Graduada do Psicólogo no Piauí	Silva e Yamamoto (2013)	Psicologia: Ciência e profissão, 33 (4)	Nordeste
O SUAS e a formação em psicologia: territórios em análise	Romagnoli (2012)	ECOS – Estudos Contemporâneos da Subjetividade, 1 (2)	Sudeste
Contribuições da graduação em psicologia e serviço social para inserção de profissionais na política de assistência social no município de Porto Alegre (RS-BRASIL)	Prates, <i>et al.</i> (2011)	Revista Plaza Pública (Argentina), 4 (6)	Sul

Fonte: as autoras.

Os artigos identificados foram publicados entre 2011 e 2024. Nota-se que o ano de 2016 comporta a maior quantidade de publicações (n:6) destoando dos demais anos, cuja maioria conta com apenas uma publicação. Esse resultado revela que embora haja uma atenção de pesquisadoras/es à temática “formação em Psicologia” e “preparação profissional para atuar na assistência social”, ainda não

há produção robusta e que contemple todas as regiões do país. A região com maior número de estudos é a região Sul (n:9) em seguida a região Nordeste (n:7) e por fim, a região Sudeste (n:5) sendo que as regiões Centro-Oeste e Norte, segundo a nossa investigação, não contam com nenhum estudo. Embora seja possível identificar uma certa referência teórica do professor e pesquisador Oswaldo Yamamoto para a temática, os resultados indicam que não há grupos de pesquisas específicos e nem autoras/es com tradição em pesquisar a temática da formação em Psicologia para atuar na assistência social.

Boa parte dos estudos não explicita a base teórico-metodológica. Entre os estudos que destacaram a vertente teórica, observa-se que as pesquisas são do campo da Psicologia Social com ênfase em Psicologia Sócio-Histórica e na perspectiva do materialismo histórico-dialético, ao passo que em menor número aparecem estudos na perspectiva da Análise do Discurso e Psicologia Institucional.

A partir da leitura e análise das produções científicas selecionadas e dos objetivos traçados para o presente estudo, os dados foram organizados em duas categorias: “Formação em Psicologia segundo os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs)” e “Formação em Psicologia na perspectiva de profissionais, egressas/os e docentes”. Ressalta-se que essa organização não pressupõe uma filiação exclusiva dos estudos a uma única categoria, nem pretende esgotar a complexidade das produções analisadas. Trata-se de uma opção metodológica das autoras, adotada para sistematizar conteúdos predominantes no material revisado, reconhecendo que alguns estudos dialogam com mais de uma categoria e contribuem com a revisão de forma relacional, ainda que tenham sido analisados prioritariamente em apenas uma delas.

| Formação em Psicologia segundo os PPCs

A análise documental por meio dos PPCs é o caminho de boa parte dos estudos analisados para investigar a formação em Psicologia e a atuação em políticas sociais. Identificamos nove (9) estudos que mencionam a necessidade de mudança nos PPCs, embora alguns já apontem para novas perspectivas dos cursos de Psicologia: Silva e Simcic (2021); Salvatori e Gomes (2021); Cordeiro e Curado (2017); Litenski e Souza (2017); Beato e Ferreira Neto (2016); Seixas, Coelho-Lima *et al.* (2016); Silva e Yamamoto (2013); Seixas, Costa *et al.* (2016); Prates, Closs, Santos, Carbonari e Lartigau (2011). Destes, apenas três artigos – Litenski e Souza (2017), Silva e Simcic (2021) e Prates *et al.*, (2011) – focaram na assistência social, enquanto os demais abordaram políticas sociais de forma geral, incluindo o SUAS. Litenski e Souza (2017) afirmaram que a formação da/o psicóloga/o oferece subsídios para a atuação na assistência social, especialmente pelas disciplinas da Psicologia Social e Comunitária. No entanto, reconheceram que o currículo é insuficiente para a preparação das/os profissionais de Psicologia, uma vez que as ementas não abordam explicitamente conteúdo da PNAS, evidenciando um descompasso entre a adaptação dos currículos de Psicologia conforme o preconizado pelas DCNs – e suas atualizações – em relação às demandas sociais.

O estudo de Prates *et al.* (2011) investigou o currículo das duas categorias profissionais mais presentes no SUAS, Psicologia e Serviço Social, apontando a necessidade de propor disciplinas para trabalhar conteúdos afetos ao SUAS. Destacaram que os cursos de graduação em Psicologia, nas Instituições de Ensino Superior (IES) pesquisadas em seu estudo, têm priorizado a oferta de disciplinas optativas no que se refere à assistência social, o que estimula um aumento importante da procura de alunas/os da Psicologia por disciplinas ofertadas pelo curso de Serviço Social na busca formativa por parâmetros que apoiem o trabalho no SUAS. Desse modo, identifica-se uma estratégia de formação interdisciplinar ao passo que tensiona para uma revisão curricular como foi apontado por Menz e Camargo (2020), uma vez que psicólogas/os enfrentam desafios na formação devido à falta de preparação específica para atuar no SUAS.

Apenas dois artigos que compõem esta categoria realizaram pesquisa de abrangência nacional contemplando instituições de ensino públicas e privadas (Seixas, Coelho-Lima *et al.*, 2016; Seixas, Costa *et al.*, 2016). Ambos são oriundos de uma mesma pesquisa ampliada que investigou nacionalmente qual o lugar que as políticas sociais ocupam nos fundamentos teórico-políticos dos PPCs de graduação em Psicologia no Brasil, utilizando análise documental para pesquisar 40 PPCs. De modo geral, os resultados indicaram um movimento importante de atualização dos currículos de graduação em Psicologia.

Segundo Seixas, Coelho-Lima *et al.* (2016), as disciplinas relativas à Saúde estão presentes em todas as IES, as relacionadas à Educação em 55%, ao passo que entre os menos presentes, estão os conteúdos referentes à Assistência Social. O referido estudo revelou ainda que se destacam três dimensões dos currículos quanto à integração das políticas sociais à formação em Psicologia: “(...) o viés profissionalizante, a acentuada presença da promoção de saúde e qualidade de vida e a associação com a questão do compromisso social dos psicólogos” (p. 443).

Além de investigar se a formação em Psicologia contempla temáticas alusivas às políticas sociais, houve uma preocupação em produzir conhecimento acerca de como essa integração ocorre. Os estudos de Silva e Yamamoto (2013) e Seixas, Coelho-Lima *et al.* (2016) teceram críticas ao foco técnico-prático que tem recebido esse processo de integração de políticas sociais à formação, e à prevalência nos cursos de Psicologia da promoção de saúde como base para a atuação profissional, constatando uma maior disponibilidade de disciplinas para temáticas pertinentes à política de Saúde.

Seixas, Costa *et al.* (2016) analisaram disciplinas que estavam relacionadas às políticas sociais e encontraram menos de 10% das disciplinas apresentando uma integração de temáticas alusivas a políticas de assistência social, do total de disciplinas ministradas. Silva e Simcic (2021) também enfatizaram que “há pouca preocupação por parte dos cursos de Psicologia no estado do Paraná em oferecer, na formação inicial, disciplinas que se propõem a discutir políticas públicas como debate independente e específico” (p. 83).

Os resultados dos estudos analisados nessa categoria são unânimes em apontar que há uma necessidade de maior alinhamento entre formação acadêmica e práticas no SUAS, pois, como afirmaram Seixas, Costa *et al.* (2016), as políticas sociais devem ser integradas nos currículos de Psicologia para uma formação capaz de fornecer condições básicas de atuação profissional. A integração entre teoria e prática é outra perspectiva recorrente nos estudos, como em Cordeiro e Curado (2017); e Beato e Ferreira Neto (2016) que defenderam experiências práticas alinhadas com conhecimento de demandas germinadas no território, para assim propiciar capacidade de desenvolvimento de práticas inovadoras e criatividade prezando pelos princípios éticos e pelas demandas e necessidades da comunidade. A defesa é por uma formação crítica e reflexiva que ofereça subsídios para as competências profissionais necessárias para a atuação em políticas públicas. A inclusão de estágios supervisionados e práticas integradas é considerada uma resposta às lacunas formativas (Cordeiro & Curado, 2017; Carollo & Albanese, 2020; Menz & Camargo, 2020).

No entanto, o estudo de Salvatori e Gomes (2021), em uma pesquisa documental mais recente, constatou uma perspectiva mais promissora no que se refere à formação para atuar na assistência social, embora o modelo hegemônico ainda não tenha sido superado. Os autores concluíram que há uma crescente construção de atividades de pesquisa e estágio no SUAS e que a pertinência de práticas (a exemplo dos estágios) e pesquisas continuadas possibilita “que a desigualdade social possa ser tematizada na graduação de psicologia” (p. 885).

A análise dos PPCs realizada pelos autores dos estudos levantados revelou fragilidades e desafios na formação de psicólogas/os, como a insuficiência de conteúdo relacionado às políticas públicas, conhecimentos específicos sobre direitos sociais e a temas transversais ao SUAS como Direitos Humanos e pessoas com deficiência (PCD). No entanto, já foram notadas mudanças nos currículos e nas dimensões formativas como oferta de disciplinas com temáticas relacionadas ao SUAS e estágios que possibilitam a relação da teoria com a prática. Tais mudanças ainda não contemplam boa parte dos cursos de graduação e não ocorrem de maneira linear, menos ainda se pode afirmar que seja realidade em todas as regiões do País. Nesta direção, como sinalizado por Seixas, Coelho-Lima *et al.*, (2016),

defende-se que o próximo passo para o avanço da formação do psicólogo seja a defesa de um projeto ético-político, construído coletivamente entre todos os atores envolvidos na constituição e execução das políticas de ensino superior para psicologia, em direção a uma proposta que aponte para a superação da sociedade capitalista. (p. 444).

A necessidade de revisão e atualização do currículo dos cursos de Psicologia é fortemente enfatizada, visando aprimorar a articulação entre teoria e prática. Os estudos apontaram que a lacuna na preparação para a atuação em políticas sociais está relacionada à desarticulação entre as dimensões ciência e profissão. Assim, a análise dos artigos em questão destaca que, ancorada nas produções mais recentes, deve ser premente que as instâncias formativas em Psicologia contemplem temas relacionados às problemáticas de desproteção social, como

vulnerabilidade e riscos sociais, e isolamento social e comunitário (Santos et. al. 2021; Faria, 2020 e Santos, Machado & Sadallah, 2020).

Nessa mesma direção, destacamos, em diálogo com marcos normativos e conceituais como a PNAS (2004), a importância de incorporar estudos críticos sobre a instituição família para vias de superação de políticas familistas e de práticas que possam atualizar perspectivas moralistas e higienistas. Outrossim, a interdisciplinaridade, a articulação entre disciplinas e o reconhecimento da importância das políticas públicas para a promoção do acesso da população aos serviços de Psicologia e aos direitos sociais são essenciais para uma formação mais crítica, alinhada às demandas sociais, capaz de desenvolver habilidades teórico-metodológicas para análises históricas e políticas, conforme preconizado nas DCNs recentemente aprovadas pela Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de outubro de 2023. Além de enfatizar a preparação de profissionais com a integração entre teoria e prática, as diretrizes destacam a necessidade de incentivar a autonomia dos estudantes de Psicologia em atividades práticas e teóricas, o que requer uma revisão dos currículos acadêmicos.

| Formação em Psicologia na perspectiva de profissionais, egressas/os e docentes

Esta categoria contempla os estudos que se dedicaram a investigar a temática da formação em Psicologia e a atuação na Assistência Social considerando pesquisas realizadas diretamente com profissionais que são atuantes no SUAS e/ou professoras/es que desenvolvem disciplinas práticas ou estágios na temática do SUAS. Assim, esta categoria objetiva discutir a característica mais identificada nesta revisão, a saber: o volume de estudos interessados em analisar a formação em Psicologia diretamente relacionada com a atuação profissional no SUAS. Identificamos os estudos de Luz e Gesser (2023); Hüning e Oliveira (2022); Carollo e Albanese (2020); Menz e Camargo (2020); Oliveira *et al.* (2018); Cordeiro e Curado (2017); Costa e Alberto (2017); Romagnoli (2012); Gomes e Dimenstein (2016); Luz *et al.* (2020); Silva e Carvalhaes (2016); Rodrigues e Fioroni (2022); Torres e Ecker (2016).

O estudo de Costa e Alberto (2017) analisou como as/os profissionais de Psicologia e Serviço Social em Centros de Referência de Assistência Social veem as famílias e sua formação para trabalhar com esse público. Constatou-se que há lacunas na formação, em especial a temática da instituição família e seus múltiplos arranjos na sociedade contemporânea, com foco em estruturas familiares tradicionais e uma tendência a estigmatizar famílias não tradicionais, levando a "prática profissional higienista, assistencialista, eugenista e que patologiza o cotidiano" (p. 193). Assim, evidencia-se que a complexidade da atuação no SUAS e outras políticas públicas exige uma formação que vá além das normas operacionais, incorporando uma compreensão das especificidades das/os usuárias/os e das políticas sociais.

Profissionais de Psicologia buscam especialização, contudo, diferente das/os profissionais do serviço social, os cursos não versam sobre políticas sociais, mantendo assim, uma formação mais tradicional voltada para avaliação e atendimento clínico, como ocorre desde o estágio na graduação (Costa & Alberto, 2017). Cordeiro e Curado (2017) ressaltaram que a formação deve superar o modelo clínico e abordar as desigualdades sociais pois “os cursos de psicologia seguem dando muito pouca atenção à política de Assistência Social” (p. 3), além de terem apontado questionamentos pertinentes à formação interdisciplinar, assim como o fizeram Gomes e Dimenstein (2016). Cabe destacar que o fato de que mesmo as/os assistentes sociais tendo uma formação que possui como objeto central o estudo aprofundado das políticas sociais ou mesmo focando em especialização na área social, isso não reverbera em atuação crítica e ética e, portanto, não ficam isentas/os de atuarem numa perspectiva contrária ao proposto na PNAS, uma vez que foram identificadas práticas assistencialistas de ambas as categorias profissionais:

As assistentes sociais também usam o discurso da família desestruturada, mas paradoxalmente também se identificou o interdiscurso da matricialidade socio familiar e o discurso de família institucionalizado na Política de Assistência Social (Costa & Alberto, 2017, p. 202).

Assim como ressaltado na categoria anterior, os estudos desta categoria também apontam a predominância de uma formação para atuar na clínica (Gomes & Dimenstein, 2016; Carollo & Albanese, 2020), bem como defendem a necessidade de superação desse foco (Menz & Camargo, 2020; Carollo & Albanese, 2020). Rodrigues e Fioroni (2022) em estudo com egressas/os concluíram que, apesar dos estágios contemplarem SUS e SUAS, o enfoque é majoritariamente na área clínica, fazendo com que áreas como a Assistência Social ainda sigam sendo negligenciadas. Junta-se a essas dimensões formativas a necessidade de preparação para atuar com temas transversais ao SUAS, como é o de pessoas com deficiência. Assim, além de a apreensão sobre o campo da proteção social, cabe evidenciar que as/os profissionais devem estar preparadas para atuar com os mais diversos temas que atravessam o cotidiano do trabalho no SUAS, ensejando tarefas para a formação inicial e para a educação permanente (Luz & Gesser, 2023). Apesar desta lacuna, o estudo de Salvatori e Gomes (2021) identificou que algumas mudanças provocadas desde as DNCs de 2011 têm repercutido na incorporação de temáticas inerentes às políticas públicas como a da desigualdade social.

A oferta irregular de disciplinas e de temas transversais voltados às políticas públicas na formação em Psicologia resulta na carência de aportes teórico-metodológicos para atuação no SUAS, favorecendo práticas acríticas e apolíticas (Luz *et al.*, 2020; Silva & Carvalhaes, 2016). Defende-se uma formação em diálogo contínuo com a prática, envolvendo estudantes, docentes e profissionais. É fundamental que docentes também se atualizem sobre políticas públicas (Torres & Ecker, 2016), de modo que a formação fomente novos saberes sobre a inserção da Psicologia nesse campo e desconstrua práticas obsoletas frente às demandas sociais atuais (Oliveira *et al.*, 2018). Espera-se que a articulação entre formação e

intervenção estimule a participação ativa de estudantes e profissionais nos processos formativos (Hüning & Oliveira, 2022).

Nesta mesma direção, Cordeiro e Curado (2017); Gomes e Dimenstein (2016) e Romagnoli (2012), defenderam que a formação seja fomentada por uma movimentação de mão dupla, ou seja, que a Universidade se desloque até o SUAS por meio de estágios, extensão e pesquisas e que o SUAS possa também contemplar a Universidade como dimensão de preparação de estudantes e das/os trabalhadoras/es. Gomes e Dimenstein (2016) reforçaram a crítica de que a Universidade não vai ao SUAS e SUS. Além disso, destacaram que os Serviço Escola de Psicologia (SEP) formam para uma atuação liberal, postulando assim, que este espaço formativo precisa se reinventar para que as/os psicólogas/os tenham elementos críticos e políticos para atuar nas políticas públicas e responder às demandas contemporâneas.

Diferentemente das/os demais autoras/es, Romagnoli (2012) propôs a transdisciplinaridade como eixo formativo por possibilitar a conexão entre diversas disciplinas, conhecimentos e práticas, promovendo um diálogo que abrange tanto o saber acadêmico quanto as artes, a tecnologia e, de forma significativa, os saberes populares. A prática da transdisciplinaridade no campo da assistência social ocorre ao respeitar a multideterminação da realidade e a necessidade de diálogo constante com outras disciplinas e especialidades como, por exemplo, políticas públicas, visando qualificar intervenções e evitar análises baseadas em preconceitos contra usuárias/os. A revisão de estudos com profissionais, egressas/os e docentes evidencia lacunas na formação em Psicologia e a urgência de reformulações curriculares que a alinhe aos princípios das políticas sociais, especialmente da PNAS. Essa demanda é reconhecida tanto por quem cursou disciplinas tradicionais, como Psicologia Social, quanto por quem vivenciou propostas inovadoras, como estágios temáticos (Litenski & Souza, 2017; Cordeiro & Curado, 2017). Os achados convergem com análises de PPCs que indicam necessidade de atualização, incluindo domínio da legislação do SUAS.

Por conseguinte, a nossa pesquisa destaca que as/os trabalhadoras/es do SUAS e docentes que já se debruçam sobre as temáticas de políticas sociais na formação em Psicologia reconhecem a lacuna quanto às competências e habilidades almejadas para o desenvolvimento do trabalho nas políticas sociais. Desse modo, os artigos analisados mostram que há um consenso quanto à necessidade de mudança nos currículos de Psicologia, visando potencializar dimensões formativas mais conectadas com às demandas das políticas sociais. Tais mudanças têm a tarefa de romper com uma formação historicamente alheia à realidade, conforme apontado por Freitas (1998) e Miez e Silva (2022).

| Considerações finais

A revisão evidenciou que a formação em Psicologia no Brasil enfrenta desafios na integração com políticas públicas, especialmente no SUAS. Os artigos analisados indicam a necessidade de reformulação dos PPCs, ampliando a capacidade dos currículos de sustentar a prática de profissionais inseridos nesse sistema. Isso

inclui maior ênfase em temas como políticas públicas, SUAS, direitos sociais, desigualdade, deficiência, família e território. Destaca-se ainda a importância de fortalecer estágios e ações de extensão voltados ao SUAS, visando uma formação mais crítica, abrangente e alinhada às expressões da desigualdade e às transformações sociais e políticas.

Esta revisão não incluiu trabalhos de conclusão de curso, dissertações ou teses, o que configura uma limitação, considerando a escassez de artigos e a ausência de tradição investigativa na temática. Sugere-se estudos futuros com abordagens multimétodos ou quantitativas, abrangendo todos os estados, a fim de traçar um panorama nacional dos cursos de Psicologia e possibilitar análises comparativas. Tal abordagem permitiria conhecimento mais amplo dos PPCs, favorecendo ações de atualização e subsidiando órgãos como CNE/MEC na formulação/revisão das DCNs, considerando as especificidades regionais e das IES.

Conclui-se que a formação atual é insuficiente para as demandas teórico-práticas da Assistência Social e das políticas públicas, o que impõe a urgência da atualização dos PPCs com conteúdo sobre políticas públicas, especialmente assistência social, bem como temas como família, desigualdade social e racial, e direitos sociais, visando à formação de profissionais mais aptos a atuar nesse campo e em diversos contextos sociais. Além disso, também se faz importante que a formação em Psicologia considere as novas e complexas expressões das demandas sociais geradas pelas mudanças na sociedade e no mundo do trabalho que têm ocorrido no século XXI. O uso de tecnologias digitais, a maior diversidade cultural nos territórios provocada pelos movimentos de migração globais e a precarização do trabalho – impulsionada pelas crescentes pressões políticas pela flexibilização das leis trabalhistas – são algumas das dimensões que precisam ser consideradas na formação em Psicologia de modo a estabelecer um diálogo contínuo entre a academia e o contexto da prática profissional.

Referências

- Beato, M. S. F., & Ferreira Neto, J. L. (2016). Formação em psicologia em uma universidade pública e suas repercussões nas competências do trabalho em políticas públicas. *Psicologia em Revista*, 22(2), 516-536.
<https://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v22n2/v22n2a16.pdf>
- Bock, A. M. B., Rechtman, R., Santos, L. N., & Toledo, R. (2022). Psicologia Sócio-Histórica, compromisso social e formação crítica em psicologia: entrelaçamentos históricos. In Bock, A. M. B. et al. (Orgs), *Psicologia sócio-histórica: contribuições à leitura de questões sociais* (pp. 215-230). Educ.
<https://repositorio.pucsp.br/jspui/bitstream/handle/40667/1/9786587387925.pdf>
- Brasil. (1993). *Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993*.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm
- Brasil. (2004). *Resolução CNE/CES nº 8, de 07 de maio de 2004*.
http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces08_04.pdf
- Brasil. (2005). *Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004): norma operacional básica (NOB/SUAS)*. Brasília.
https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf
- Brasil. (2011). *Lei nº 12.435 de 6 de Julho de 2011*.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm
- Brasil. (2011). *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS)*.
https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf
- Brasil. (2011). *Resolução CNE Nº 5/2011, aprovado em 15/03/2011*.
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7692-rces005-11-pdf&category_slug=marco-2011-pdf&Itemid=30192
- Brasil. (2011). *Resolução nº 17, de 20 de junho de 2011*. Brasília: MDS.
https://www.blogcnas.com/_files/ugd/7f9ee6_d825fc918a98454682401c0261ceb251.pdf
- Brasil. (2023). *Resolução CNE Nº 1/2023, aprovado em 11/10/2023, fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia*. <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cne/ces-n-1-de-11-de-outubro-de-2023-518120795>
- Carollo Ramos da Silva, A., & Albanese, L. (2020). Formação acadêmica e atuação do psicólogo no Sistema Único de Assistência Social. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 15(4).
https://seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/e2947
- Conselho Federal De Psicologia (CFP). (2021). *Referências técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS*. Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP).
https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2021/12/rt_crepop_cras_2021.pdf
- Cordeiro, M. P., & Curado, J. C. (2017). Psicologia na assistência social: um campo em formação. *Psicologia & Sociedade*, 29. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i169210>
- Cordeiro, Mariana Prioli. (2018). A psicologia no SUAS: uma revisão de literatura. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 70(3), 166-183.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000300012&lng=pt&nrm=iso

- Costa, R. R., & Alberto, M. F. P. (2017). Discursos sobre família e a formação para o trabalho social no Centro de Referência da Assistência Social. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 12(1), 193-208. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082017000100014&lng=pt&tlng=pt
- Faria, C. M. (2020). O trabalho social com famílias no PAIF: contribuições da psicologia. *BIUS-Boletim Informativo Unimotrisaúde em Sociogerontologia*, 19(13). <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/BIUS/article/view/7640>
- Freitas, M. de F. Q. (1998). Psicologia na Comunidade, Psicologia da Comunidade e Psicologia (Social) Comunitária – Práticas da Psicologia em Comunidade nas Décadas de 60 a 90, no Brasil. In R. H. F. Campos (Org.). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia* (pp. 54-80). Vozes.
- Gomes, M. A. de F., & Dimenstein, M. (2016). Serviço escola de psicologia e as políticas de saúde e de assistência social. *Temas em Psicologia*, 24(4), 1217-1231. <https://doi.org/10.9788/TP2016.4-03Pt>
- Gonçalves, M. G. M., Bock, A. M. B., & Sanches, S. G. (2024). O mapa da dimensão subjetiva da desigualdade social em São Paulo. In Bock, A. M. B., & Gonçalves, M. G. M. orgs. *Desigualdade social: contribuições da psicologia sócio-histórica*. Educ.
- Hassunuma, R. M., Garcia, P. C., Ventura, T. M. O., Seneda, A. L., & Messias, S. H. N. (2024). Revisão Integrativa e Redação De Artigo Científico: Uma Proposta Metodológica em 10 Passos. *Revista Multidisciplinar em Educação e Meio Ambiente*, 5(3). <https://doi.org/10.51189/integrar/rema/4275>
- Hüning, S. M., & Oliveira, É. C. S. (2022). Contribuições para uma Formação em Psicologia Integrada à Política de Assistência Social. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42, e234060. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003234060>
- Litenski, A. C. de L., & Souza, C. G. de. (2017). Psicólogos no Sistema Único e Assistência Social (SUAS): Considerações acerca da Formação Profissional em Instituições Públicas do Estado do Paraná. *Emancipação*, 17(1), 58-73. <https://doi.org/10.5212/Emancipacao.v.17i1.0005>
- Luz, J. de O., & Gesser, M. (2023). Psicologia e Deficiência: análise da formação e inserção de psicólogos nos serviços de Assistência Social. *Quaderns de Psicologia*, 25(3), e1862. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/ibc-228444>
- Luz, R. R., Marchesini, A. C. P., & Hille, M. B. C. (2020). Desencontros entre Identidade, Formação e Prática: A Psicologia na Assistência Social de Nova Friburgo. *Revista Binacional Brasil-Argentina: diálogo entre as ciências*, 9(2), 273-290. <https://doi.org/10.22481/rbba.v1i02.7798>
- Menz, D. M., & Camargo, D. de. (2020). Psicólogos nas Políticas Públicas de Assistência Social: atuação em CRAS e interface com a formação acadêmica. *Psicologia Argumento*, 38(101), 431-449. <https://doi.org/10.7213/psicolargum.38.101.AO02>
- Miez, W. A., & Silva, L. X. de B. (2022). Teaching Psychology's History in Brazil: from the Benjamin Constant Reform, to the minimum curriculum and the National Curriculum Guidelines. *SciELO Preprints*. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.3387>
- Oliveira, M. R. S. P., Costa, E. A. G. A., Mendes Júnior, P. R. & Rocha, N. M. F. D. (2018) Potências do encontro entre formação e campo da Assistência Social para pensar outra prática psicológica. *Psicologia Política*, 18(41), 114-121. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000100009&lng=pt&tlng=pt
- Prates, J. C., Closs, T. T., dos Santos, A. M., Carbonari, J., & Lartigau, I. (2011). Contribuições da Graduação em Psicologia e Serviço Social para inserção de profissionais na Política de Assistência Social no município de Porto Alegre. *Revista Plaza Pública*. <https://hdl.handle.net/10923/9358>

- Rodrigues, C. R. C., & Fioroni, L. N. (2022). Formação e atuação de egressos da Psicologia UFSCar: um recorte para as políticas públicas sociais. *Gerais. Revista Interinstitucional de Psicologia*, 15(1). <https://doi.org/10.36298/gerais202215e17183>
- Romagnoli, R. C. (2012). O SUAS e a formação em psicologia: territórios em análise. *ECOS-Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, 2(1), 120-132. <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/683/662>
- Salvatori, A. P., & Gomes, A. H. (2021). Formação em psicologia e o campo da desigualdade social: Um estudo documental. *Revista e-Curriculum*, 19(2), 867-890. <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2021v19i2p867-890>
- Santos, L. C., Machado, E. R., & Mansur Saadallah, M. (2020). A Psicologia Social Comunitária e a potência do afeto: um relato de experiência de estágio. *Pretextos – Revista da graduação em psicologia da PUC Minas*, 5(9), 86-102. <https://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/22467>
- Santos, L. N., Santana, I. O. de, Sales, E. F. de, Souza, R. M. de, Andrade, J. C. de, Rangel, T. S. B. (2021). Quem forma quem? Experiência de extensão universitária em tempos de pandemia com profissionais da política pública de assistência social. In Lima, Mônica Coutinho, Denise Bustamante, Vania Aires, Suely Patiño, Rafael (Ed.), *Pensar junto/Fazer com: saúde mental na pandemia de covid-19* (pp. 463–484). Edufba.
- Seixas, P. D. S., Coelho-Lima, F., Fernandes, S. R. F., Andrade, L. R. M. D., & Yamamoto, O. H. (2016). As políticas sociais nos fundamentos dos projetos pedagógicos dos cursos de Psicologia. *Psicologia Escolar e Educacional*, 20(3), 437–446. <https://doi.org/10.1590/2175-3539201502031005>
- Seixas, P. D. S., Costa, A. L. F., Oliveira, A. M. D.; Costa, J. P. D., & Yamamoto, O. H. (2016). As políticas sociais nas disciplinas dos cursos de graduação em Psicologia no Brasil. *Psicologia em Pesquisa*, 10(1), 9-16. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psipesq/v10n1/03.pdf>
- Silva, C. de A. e., & Yamamoto, O. H. (2013). As políticas sociais na formação graduada do psicólogo no Piauí. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(4), 824–839. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000400005>
- Silva, R. B., & Carvalhaes, F. F. de. (2016). Psicologia e políticas públicas: impasses e reinvenções. *Psicologia & Sociedade*, 28(2), 247–256. <https://doi.org/10.1590/1807-03102016v28n2p247>
- Silva, R. B., & Simcic, J. V. B. (2021). As políticas públicas e atuação para o SUAS na formação do psicólogo no Paraná / Public policies and performance at SUAS in the training of psychologists in Paraná. *Revista de Psicologia*, 12(2), 75–90. <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/60849>
- Sousa, M. N. A.; Bezerra, A. L. D., & Egypto, I. A. S. (2023). Trilhando o caminho do conhecimento: o método de revisão integrativa para análise e síntese da literatura científica. *Observatório de la economía latinoamericana*, 21(10), 18448–18483. <https://doi.org/10.55905/oelv21n10-212>
- Torres, S., & Ecker, D. D. (2016). Relato de experiência da aproximação do CREPOP-RS ao meio acadêmico: formação em psicologia e políticas públicas. *Revista Subjetividades*, 16(3), 121-132. <https://doi.org/10.5020/23590777.16.3.121-132>

Sobre as autoras


Rozana Fonseca

Universidade Federal do Sul da Bahia, Eunápolis, BA, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-3190-4243>


Mestra em Estado e Sociedade pela Universidade Federal do Sul da Bahia (2024). Membro do grupo de pesquisa Práxis – Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Saberes e Práticas na assistência social da UFRB. E-mail: rozanafonseca@gmail.com

Andreza Beatriz Lima

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Santo Antônio de Jesus, BA, Brasil
 <https://orcid.org/0009-0008-0137-3139>

Bacharela em Psicologia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (2025). Membro do grupo de pesquisa Práxis – Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Saberes e Práticas na Assistência Social da UFRB. E-mail: andrezabeatrizpsi@gmail.com

Inayara Santana

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Santo Antônio de Jesus, BA, Brasil
 <https://orcid.org/0000-0001-5546-197X>

Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (2016). Professora Associada da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Membro do grupo de pesquisa Práxis – Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Saberes e Práticas na assistência social da UFRB. E-mail: inayaraoliveira@ufrb.edu.br

Contribuição na elaboração do texto: autora 1 – Conceitualização, Curadoria de dados, Análise formal, Investigação, Visualização, Escrita – rascunho original, Escrita – revisão e edição; autora 2 – Conceitualização, Curadoria de dados, Investigação, Visualização, Escrita – rascunho original, Escrita – revisão e edição; autora 3 – Investigação, Metodologia, Visualização, Escrita – revisão e edição.

| Resúmen

Este estudio investiga publicaciones científicas sobre la formación en Psicología para trabajar en el Sistema Único de Asistencia Social (SUAS). A partir de una revisión integradora de 21 artículos publicados entre 2011 y 2024, los resultados se organizaron en dos categorías analíticas: 1) Formación en Psicología según los Proyectos Pedagógicos de Cursos (PPC) y 2) Formación desde la perspectiva de profesionales, egresados y docentes. El análisis puso de manifiesto que existen lagunas entre la formación y la práctica, lo que indica la necesidad de una mayor aproximación de la academia a la realidad del SUAS desde una perspectiva crítica e interdisciplinaria. Se concluye que es necesario reformular los Proyectos Pedagógicos de los Cursos (PPC) para alinearlos mejor con las Directrices Curriculares Nacionales (DCN), incluyendo contenidos que articulen la teoría y la práctica para formar psicólogos que actúen en el contexto del SUAS.

Palabras clave: Formación en Psicología. Asistencia Social. Proyectos Pedagógicos de los Cursos de Psicología.

Abstract

This study investigates scientific publications on training in psychology for work in the *Sistema Único de Assistência Social* [Unified Social Assistance System] (SUAS). Based on an integrative review of 21 articles published between 2011 and 2024, the results were organized into two analytical categories: 1) Psychology education according to *Projetos Pedagógicos de Cursos* [Course Pedagogical Projects] (PPCs) and 2) Education from the perspective of professionals, graduates, and teachers. The analysis showed that there are gaps between education and practice, indicating the need for academia to engage more closely with the reality of SUAS from a critical and interdisciplinary perspective. It is concluded that the *Projetos Pedagógicos de Cursos* [Course Pedagogical Projects] (PPCs) need to be reformulated to better align with the National Curriculum Guidelines (DCNs), including content that articulates theory and practice to train psychologists to work in the SUAS context.

Keywords: Training in Psychology. Social Assistance. Pedagogical Projects for Psychology Courses.

Linhas Críticas | Periódico científico da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Brasil
ISSN eletrônico: 1981-0431 | ISSN: 1516-4896
<http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas>

Referência completa (APA): Fonseca, R., Lima, A. B., & Santana, I. (2026). Formação em Psicologia para atuação na assistência social: uma revisão integrativa. *Linhas Críticas*, 32, e57111. <https://doi.org/10.26512/lc32202657111>

Referência completa (ABNT): FONSECA, R.; LIMA, A. B.; SANTANA, I. Formação em Psicologia para atuação na assistência social: uma revisão integrativa. *Linhas Críticas*, 32, e57111, 2026. DOI: <https://doi.org/10.26512/lc32202657111>

Link alternativo: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/57111>

As opiniões e informações expressas neste manuscrito são de responsabilidade exclusiva dos autores e não refletem necessariamente as posições da revista Linhas Críticas, de seus editores ou da Universidade de Brasília.

Os autores são os detentores dos direitos autorais deste manuscrito, com o direito de primeira publicação reservado à revista Linhas Críticas, que o distribui em acesso aberto sob os termos e condições da licença Creative Commons Attribution (CC BY 4.0): <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0>

